

MATEMÁTICA APLICADA AO DIREITO

arts (18°, 19°/i, 202°/2, 204° e 205°/i) C.R.P. = Lei < C.R.P.

Lei > CRP = $\frac{i}{\text{arts (18°, 19°/i, 202°/2, 204° e 205°/i) C.R.P.}}$

Lei > CRP = INCONSTITUCIONAL

Lei > CRP = ERRO!

<=> (C.P.C. v C.P.P.) > C.R.P. = ERRO!

Resumo de Matematica Aplicada Ao Direito: B-A-Ba Teorico E Casos Praticos

Este livro parte do seguinte ponto de partida, com uma grande certeza, bem amadurecida: termos o Supremo Tribunal de Justica a interpretar de uma determinada forma, emitindo a respectiva jurisprudencia, e decretando por essa via como "inconstitucional" toda a interpretacao diversa da sua, e em si proprio, inconstitucional, porque viola em si, o elementarissimo Principio da Igualdade, conforme consagrado no art.13 CRP.

A redacao deste e translucida: "Todos os cidadaos tem a mesma dignidade social e sao iguais perante a lei," e "Ninguem pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razao de ascendencia, conviccoes politicas ou ideologicas, instrucao, situacao economica ou condicao social." Consequentemente, a interpretacao dos senhores conselheiros nao pode ser privilegiada em detrimento dos restantes dez milhoes de portugueses.

Como chegar entao a um veredicto, por forma a se conseguir sanar diferendos? Alguma interpretacao tera de vencer. Qual? Pretende-se com este volume em concreto, da colecao dos Livros da Cavalaria Inovadora, Xadrez da Vida, Ramo da Matematica Aplicada a Vida, demonstrar que e possivel aplicar um raciocinio matematico a aplicacao da Justica, de modo justo, salvo a redundancia.

O raciocinio matematico e fundamental, porque objectivo, para colocar alguma ordem na ca(u)sa, retirando a ambiguidade e a dualidade de criterios na aplicacao da lei a cada caso em concreto.

A prazo, com um principal objectivo: criar um software onde sera introduzida toda a legislacao relevante para a Nova Ordem Mundial, num parque informatico capaz de aplicar a lei, conforme efectivamente criada pelo entao Legislador, no seu exacto sentido e na sua exacta medida, retirando gradualmente o erro inerente ao Ser Humano da equacao da Justica.

Aqui apresento o meu estudo para averiguar a viabilidade desta pretensão. Não só este livro vem mostrar que é possível e viável a futura utilização da Matemática Aplicada ao Direito, pela sociedade humana (ou posterior), como ainda vem mostrar muito mais do que isso...

vem demonstrar, objectiva porque matematicamente, que os maiores prevaricadores do Direito são precisamente aqueles que hoje controlam a máquina da Justiça, por premeditadamente, por sua própria e livre vontade, violarem a Constituição e a lei, bem sabendo que a sua conduta é proibida e punida por lei.

Consegue a comunidade jurista em Portugal, magistrados e advogados, impedir que eu demonstre matematicamente neste livro, como toda a sua prática reiterada em privilegiar os Códigos do Processo Civil e Penal sobre a própria Constituição, e ilegal, porque Inconstitucional (art.s 18, 19 /1, 202 /2, 204 e 205 /1), logo resultando num redundante erro de aplicação da lei, ao arrepio do disposto nos art.s 1, 6, 8 /2 e 9 do Cod Civil, ex vi todos os restantes diplomas legais, com o único propósito de incorrer em práticas tipificadas como crime no Cod penal Português?

Não! Então a criminalidade mais organizada do País, perdão, a comunidade jurista em Portugal, magistrados e advogados, é tão vencível, tão derrotável, como qualquer outro grupo socio-profissional. Este livro, em conjunto com "The Philosophical Fundamentals for the New World Order," podem bem vir a ser a base para uma nova Constituição Mundial.

Uma baseada na objetividade matemática para a resolução de conflitos, maiores ou mundanos, valorizando sobretudo o saudável e equilibrado desenvolvimento da essência espiritual da condição humana, numa economia baseada nos recursos existentes.

O Fim do lucro como objetivo último das vidas dos cidadãos. Este é o 1 volume da série "Forças Políticas Inovadoras.""

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)